

Congresso susta manobra com novo juro

As lideranças dos principais partidos políticos reagiram ontem às manobras do Executivo para adiar a vigência do tabelamento dos juros e aprovaram o regime de urgência para a tramitação do projeto de lei do líder do PTB, Gastone Righi, que conceitua os juros reais e define as penas aos infratores.

Com o acordo das lideranças partidárias na Câmara, Righi disse que vai jogar tudo para o seu projeto ser aprovado antes mesmo da promulgação da nova Constituição, no próximo dia 5. Caso contrário, reconheceu que a votação do projeto ficará para março do ano que vem e, por falta da legis-

lação complementar, o teto de 12 por cento ao ano não entrará em vigor.

Já transitado pelas comissões técnicas (aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça e rejeitado pela de Economia, Indústria e Comércio), o projeto do líder do PTB precisa obter aprovação nos plenários da Câmara e do Senado e posterior sanção do presidente José Sarney.

O projeto do deputado paulista estabelece que o teto de 12 por cento abrange juros, comissões ou descontos sobre dívidas em dinheiro, excluída a correção monetária. Constituirá crime de usura pecuniária, com pena de reclusão de um a dois

anos e multa correspondente ao dobro do valor da operação, a cobrança de encargos reais superiores a 12 por cento ao ano, a exigência de reciprocidade (saldo médio em conta-corrente ou compra de ações e apólices de seguro) e a fixação de taxas de mora acima de 10 por cento da dívida.

Ao alterar o artigo 1º da Lei que dispõe sobre crimes contra a economia popular, de 1951, o projeto de Gastone Righi, apresentado em 1983, estabelece que também serão responsáveis pelo crime de usura os procuradores, mediadores, gerentes, diretores de instituições financeiras e até os tomadores do crédito de "natu-

reza ilícita".

"Em princípio, através de seus líderes, todos os partidos estão de acordo com a tramitação do projeto em regime de urgência para colocar logo em vigor o teto dos juros" — afirmou Righi, após o encontro no gabinete da liderança do PMDB na Câmara. O líder do PDT, deputado Amauri Muller, observou que o Legislativo precisa baixar logo o regulamento definitivo do dispositivo da nova Constituição para que "um simples consultor" (em referência ao consultor-geral da República, Saulo Ramos) não venha, "de forma arrogante, a ditar normas para a Constituição".